

que estava revendo o exterior, mas por parte do Ministro interino, Dr. Amaury Stabile, que foi sensível ao apelo dos ruralistas e das autoridades municipais de São Roque de Minas, veiculados por meu intermédio, e recomendou ao IBDF que enviasse urgente para lá o Chefe do Gabinete daquele órgão florestal, o Sr. Major Aviador Osvaldo de Matos. A ida desse alto servidor público foi providencial, porque, depois de dois dias de diálogo com os ruralistas, reunidos pelo Prefeito e Câmara Municipal de São Roque de Minas, no amplo salão do Clube local, chegou o emissário governamental à conclusão de que era justa a reivindicação dos ruralistas e lhes prometeu que proporia ao Ministro da Agricultura o pagamento em dinheiro e permitiria o pastoreio do gado, única atividade dos ruralistas, em suas terras desapropriadas, até que se efetivasse a expropriação por um valor menos injusto e em dinheiro.

Os ruralistas, depois de duros debates, recuaram e, graças à habilidade e ao bom senso com que o Major Matos encaminhou sua argumentação, prometeram aguardar a decisão final do Ministério da Agricultura, que lhes fará a esperada justiça.

Nosso reiterado apelo ao Governo para que, ao implantar o Parque Nacional da Serra da Canastra, indenize os proprietários com o pagamento do justo preço e em dinheiro e afaste a engenhosa farsa da reforma agrária, que não fica bem para um Governo honesto que quer construir um parque nacional e fazer naquele lugar uma reforma fundiária impraticável.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho sustentado, desta tribuna, ao abordar os mais variados problemas nacionais, que, em termos de administração pública, planejar é ordenar racionalmente os meios para consecução do bem comum. Dai o entendimento de que o homem, sob todos os pontos de vista, deve ser a meta incondicional a ser preservada na luta cotidiana para o desenvolvimento e sobrevivência.

As deficiências existentes no processo educacional têm oferecido uma imagem negativa do Governo revolucionário, apesar das reiteradas advertências da Oposição, clamando por medidas objetivas que conduzam à eliminação das distorções constatadas.

Sr. Presidente, o último censo acusou que 60% da população brasileira são constituídos de jovens com menos de 20 anos de idade, sendo certo que o crescimento do índice demográfico constatado nessa pesquisa é da ordem de 28% ao ano, implicando a duplicação de nossa população jovem nos próximos vinte (20) anos.

Acresce dizer que, para a população atual, de cerca de 120 milhões, 3,3 milhões atingem a idade de convocação para o serviço militar ou procura emprego. Mas desse número somente 400 mil são convocados para as Forças Armadas, ficando o restante sem receber uma adequada orientação cívico-moral.

Ressalte-se que mais de 60% dos estudantes dos 1.º e 2.º graus são carentes, dependentes de bolsas de estudos para poderem concluir os seus cursos.

Na faixa etária de 7 a 14 anos são beneficiários do salário-educação, para os diversos cursos do 1.º grau. Mas, para os maiores de 14 anos, só poderão estudar da 5.ª a 8.ª séries do 1.º grau e das séries do 2.º grau com bolsas de estudos do MEC ou através das Secretarias de Educação dos Estados, que, na medida de suas possibilidades financeiras, compram vagas ociosas da rede de ensino privado para atender a demanda sempre crescente de estudantes rigorosamente pobres.

Sr. Presidente, é com profunda melancolia que constato haver o Ministério da Educação retroagido, deixando de ordenar racionalmente os meios para consecução de uma proteção, assistência e amparo aos estudantes carentes como precípua dever do Estado, prejudicando inclusive a imagem do Congresso Nacional junto às comunidades brasileiras.

Assim é que 50% das bolsas de estudos do MEC distribuídas este ano pelos deputados federais estão sendo negadas sob a mais humilhante justificativa — falta de verbas.

Pois bem, enquanto os parlamentares são surpreendidos com essa cavilosa justificativa para negar bolsas de estudos aos jovens filhos de famílias pobres, esbanja-se dinheiro do povo com custosas publicidades no exterior da Caixa Econômica Federal — Caderneta de Poupança, corridas automobilísticas — Loteria Esportiva — excursões turísticas, atletas, familiares e convidados, patrocinados pelo CND, Fundo da Assistência Social (FAS) construção de sedes suntuosas para entidades de classe, sem falar nas mordomias dos marajás da República etc.

É o caso de se perguntar ao Presidente João Baptista Figueiredo, até quando?

O SR. ANTÔNIO RUSSO (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a violência e arbitrio aplicados em Minas Gerais fizeram o Brasil amanhecer de luto na véspera da reabertura do Congresso.

Humildes pedreiros em greve foram tratados como perigosos marginais, delinquentes e subversivos.

Coitados, nada mais faziam do que sucumbir à terrível subversão dos estômagos vazios, que jogavam em suas gargantas as palavras de revolta contra os insuportáveis sacrifícios dos que menos ganham, numa época em que a inflação corroi o poder da moeda todos os dias e seus salários são revistos apenas uma vez ao ano.

Pais dos contrastes, este Brasil imenso, quase paralisado pela PETROBRAS, que reduziu as entregas de diesel às vésperas do aumento, para especular com os estoques, a isso suportando sem reação, não permite ordeira reunião dos pedreiros em greve, negando-lhes lugar para o encontro e expulsando-os da praça que é sua a golpes de cassetetes, bombas e balas de todos os calibres.

Orocilio Martins Gonçalves, atingido por uma bala no peito, caiu sem vida, oferecendo o sangue inocente para aplacar a ira dos sádicos.

A linda Belo Horizonte, a heroica Minas Gerais de tão belas tradições liberais viram suas ruas transformadas em praça de guerra.

Enquanto a Polícia batia, o povo corria, o povo apanhava, o operário morria, e o Governador Francelino Pereira certamente se regozijava pelo sucesso da repressão.

Douglas, de dois meses, não conhecerá o pai. Vânia Martins Gonçalves já não tem marido.

O sacrifício de uma vida e da integridade física de tantos feridos nos choques entre Polícia e manifestantes aconteceu só porque o indiferente, o insensível, o frio falsificador de sinopses não permitiu aos grevistas o uso do estádio onde realizaram, ordeiramente, uma grande assembléia no dia anterior.

Conceituado jornal de Brasília lembra em sua edição de hoje que Milton Campos, Governador de Minas, solicitado a autorizar o envio de um trem com tropas para reprimir manifestação operária recomendou ao assessor que mandasse o trem-pagador.

Ao operário que reclama salário digno, numa heroica tentativa de conseguir bom preço para a mercadoria que oferece ao empregador; a força dos seus braços e da sua inteligência, não se pode responder com a violência dos cassetetes, das patas de cavalo, das bombas de efeito moral e das balas assassinas.

O direito de se levantar e protestar contra os ganhos insuficientes é sacratíssimo.

Não adianta agora identificar e punir o policial que fez o disparo, nem o comandante que montou o esquema de policiamento, se não for punido o mandante dos hediondos crimes de homicídio e de lesões corporais ocorridos na Capital mineira.

A consciência nacional, os sentimentos de justiça do nosso povo, a nossa tradição de liberdade e a nossa formação jurídica exigem, no mínimo, a pronta renúncia do Sr. Francelino Pereira.

E, se ele não renunciar, que os mesmos gabinetes onde foi feito governar em tubos de ensaio procedam agora à decomposição da fórmula e retirem de suas mãos inábeis o importante cargo que inadvertidamente lhe deram.

O SR. MARCELO CERQUEIRA (MDB — RJ. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma anistia haverá de começar sempre pela libertação dos presos políticos. A anistia proposta pelo Governo mais se parece um indulto coletivo do que uma anistia, eis que foge às características e à essência do instituto. Esse projeto pretende fazer tudo, menos o que é primordial a libertação dos presos políticos. E os presos políticos de meu Estado se declararam em greve de fome, forma que encontraram para manifestar a sua inconformidade em face desse projeto mesquinho e amesquinizador. Alguns desses presos políticos há mais de 10 anos naqueles cárceres pagando por crimes que não cometeram, tachados pelo Governo com pecha mentirosa de terroristas. O que eles fizeram, na verdade, foi, em determinado momento, fechadas as franquias democráticas por uma ditadura militar, pegar em armas — única forma que acharam possível — para defender seus ideais, não para ganhar dinheiro, não para roubar, não para entregar o País às multinacionais, não para enriquecer os patrões, não para fazer uma dívida interna de 300 bilhões de cruzeiros e uma dívida externa de 50 bilhões de dólares. Esta foi a forma que um segmento da juventude, obrigado pelas ações fascistas do Governo, encontrou para resistir. Pois esses jovens, muitos deles meninos ainda, presos há 10 anos, foram excluídos do projeto de anistia. Em situações semelhantes, o projeto anistia uns e outros não.

E o Governo quer anistiar os que não foram condenados apenas porque soque que não poderia resistir ao processo, hoje aqueles

que foram vítimas do verdadeiro terrorismo, que foi a tortura dos órgãos repressivos do Governo. Nas condições atuais, com liberdade de imprensa, com o Congresso aberto, com a Ordem dos Advogados, com a ABI, com a CNBB, como advogado de presos políticos, digo a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que nós transformaríamos o julgamento dos acusados de terroristas nas Auditorias Militares nos julgamentos dos torturadores, daqueles que fizeram desaparecer, que assassinaram, que violaram, que estupraram. A defesa da greve de fome dos presos políticos é a posição que devem tomar todos aqueles que são responsáveis pelo destino deste País. Qualquer coisa que aconteça a um preso político é responsabilidade de todos nós, não apenas da autoridade pública — a quem eu advirto da responsabilidade histórica com relação a esses presos políticos — mas da responsabilidade de nós todos, cidadãos, parlamentares, chefes de família.

Uma anistia, Sr. Presidente, haverá de começar sempre pela libertação dos presos políticos. A nossa campanha é, em primeiro lugar, em defesa dos presos políticos e em solidariedade a eles. A propósito, quero dizer a V. Ex.^a que a questão dos presos políticos é, para nós, uma questão de princípios inegociável. Uma anistia, Sr. Presidente, começa pela libertação dos presos políticos. Esta é a responsabilidade dos brasileiros, esta é a responsabilidade desta Casa. (Palmas.)

O SR. GETÚLIO DIAS (MDB — RS. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, Srs. Deputados, que sejam nossas primeiras palavras de registro das ocorrências que, enlutando Belo Horizonte, em Minas Gerais, de certa forma enlutaram o Brasil. Na verdade, o Brasil tomou conhecimento do que ocorreu em Minas Gerais pela imprensa. E digo isto porque acontecimentos semelhantes aos de Belo Horizonte foram reprimidos durante os Governos revolucionários talvez até com maior truculência. Mas, agora, a opinião pública, através da televisão, tomou conhecimento dos fatos. Já que no processo de abertura, que é um fato, a imprensa já noticia esses episódios. E assim sendo, o País todo pode testemunhar que eles não ocorrem no Irã, mas na Capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Trabalhadores mineiros haviam-se reunido, ordeira e pacificamente, num estádio de futebol no dia anterior e, por falta de antevisão, os governantes de Minas Gerais e da sua Capital, especialmente, não conduziram adequadamente o processo, porque são incompetentes, politicamente, porque chegaram ao poder pela via bionica, pela eleição indireta, que é uma fraude neste País. Todos nós assistimos ao sofrimento dos trabalhadores e partilhámos da sua luta por melhorias salariais enquanto vemos a classe patronal, acostumada com o autoritarismo sempre ao seu lado, não buscar uma solução em tempo hábil.

Registre-se, aliás, que a repressão de ontem não foi diferente das repressões sofridas pelos operários do ABC e de Minas Gerais em 1968. Apenas a opinião pública, agora, está tomando conhecimento dos fatos. Até então, pelo controle dos órgãos de comunicação, o Brasil era uma ilha de paz num mundo de guerras, como se isto fosse possível. Somos todos personagens do drama que assola o mundo. Se é verdade que temos agravados nossos problemas por 15 anos de incompetência dos Governos Revolucionários, nunca a Oposição negou que exista crise no mundo. A nossa crise, porém foi agravada pela incompetência do modelo político e econômico vigente entre nós, com consequências sociais as mais graves, as mais funestas para o País. Este, o primeiro registro.

O segundo, Sr. Presidente, para concluir, é para dizer que o Congresso Nacional vai ter condições de manifestar a sua força de fogo, como dizia o articulista político Leite Filho, hoje, nas páginas do *Correio Braziliense*. O Governo apresentou a sua proposta — assinala-se que é uma proposta concreta — de anistia. Não é a nossa, não deve ser a do Congresso, mas, dentro do que entendermos possível, o Governo encaminhou o seu projeto. É um fato concreto. Anistia passou a ser um debate nacional, porque o Governo a oficializou através de uma proposta. Então, ou o Congresso se horizontaliza no servilismo ou se verticaliza, para se reabilitar de 15 anos de conestação com o servilismo.

Os políticos, principalmente os integrantes da Maioria, terão agora oportunidade de dizer que não concordam com determinadas coisas, não apenas nos corredores do Congresso Nacional. Não, agora é hora de afirmação, é hora de tirar a máscara da cara e dizer o que é. Ou se amplia a anistia proposta pelo Governo ou o Congresso Nacional se horizontaliza definitivamente no servilismo e escreverá uma triste página na História nacional, no que diz respeito aos direitos humanos.

O SR. ANTÔNIO FONTES (MDB — AP. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Universidade Federal do Pará, no dia 27 de julho próximo passado, realizou a solenidade de formatura de 481 jovens. São, na realidade, 481 jovens preparados para o mercado de trabalho da Amazônia e do Brasil.

Ao fazer este registro, quero chamar a atenção desta Casa para uma das preocupações que observamos no seio da juventude uni-

versitária paraense, qual seja, a falta de regulamentação da profissão de sociólogo, reclamada por todos os estudantes, reclamada por todos aqueles que hoje têm esta profissão, que lhe é dada pela Universidade do Brasil, embora juridicamente esta categoria profissional não exista, porque não está regulamentada.

Assim sendo, Sr. Presidente, apresentamos à consideração do Congresso Nacional o projeto de lei n.º 1.304, para o qual solicitamos a máxima atenção dos nossos eminentes colegas, no sentido de darem a ele a sua aprovação, a fim de que possamos regulamentar a profissão de sociólogo em nosso País.

O SR. BENEDITO MARCÍLIO (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que acontece hoje, em Belo Horizonte, é um sinal de alerta para o Governo e para a sua política e democracia pela metade. Não se podem sufocar os anseios da classe trabalhadora. Salários de fome e repressão generalizada se tornaram incapazes de fazer com que os oprimidos de sempre permaneçam parados e calados, enquanto os patrões e as elites privilegiadas deste País continuam a exercer impunemente seus odiosos privilégios.

Se a panela do trabalhador diminui cada dia mais, só lhes resta o direito de reclamar e alertar os poderosos, para que sua frieza não leve a classe trabalhadora ao desespero.

Os trabalhadores são hoje uma força que ninguém tem mais o direito de desconhecer. Ou se lhes dar o respeito que merecem, ou este País mergulhará na mais séria crise de toda a sua história.

Absurda a proposta dos patrões insistindo em oferecer pouco mais do que o vergonhoso e inconstitucional salário mínimo atual; é uma prova berrante da insensibilidade da nossa classe patronal. As depredações e saques que se generalizaram em Belo Horizonte nos últimos dois dias é apenas uma amostra, um símbolo do que significa para a Classe operária a atual política de arrocho salarial. Do que significa para o trabalhador a falta de liberdade e autonomia sindical, a inflação galopante provocada por patrões que querem continuar a usufruir lucros escandalosos, arrancados do sangue do trabalhador, durante o famoso milagre brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este País vive um impasse. O povo brasileiro está decidido a tomar em suas próprias mãos as alavancas que propiciarão as tão faladas aberturas democráticas. Os trabalhadores não aceitarão mais serem manipulados e estão seriamente desconfiados das frases bonitas dos que sempre lhes oprimiram e nunca quiseram ouvir a sua voz.

Como fazem conscientemente os operários de construção de Minas Gerais, os trabalhadores saberão utilizar as formas que irão abrir os olhos e os ouvidos dos que insensivelmente detêm o comando do poder.

O assassinato de um operário nas ruas de Belo Horizonte, quando reclamava para não morrer de fome, exige uma resposta, uma atitude e uma explicação por parte dos órgãos ditos de segurança. Onde estão as leis e os direitos humanos? Só servem para garantir a exploração do trabalhador e para mantê-lo submisso? Que democracia é esta que querem oferecer-lhes de presente?

Minas está sendo, nos últimos dias, o termômetro da situação nacional. Que se acautelem todos os que ainda pensam que podem mandar como antes. O Brasil precisa de liberdade. E a classe trabalhadora quer ser ouvida e respeitada.

O SR. MILTON BRANDÃO (ARENA — PI. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, falamos, nesta Casa, em várias oportunidades, a 7 de março, a 14 do mesmo mês, a 1.º, a 15, a 16, a 22, a 25 — por duas vezes — a 29 e a 31 de maio a 5 de junho e, no mesmo mês, em outras ocasiões, sempre para traduzir o que se passa na região nordestina e apelar para o Governo da República, no sentido de que reafirme os seus propósitos de prestigiar a atividade agropecuária.

Por outro lado manifestamo-nos também a respeito das linhas de crédito específicas a serem oferecidas àquela região, para salvar as suas populações sofredoras. Manifestamo-nos sobre a construção de reservatórios de água, de acudagem, de vias de comunicação, sobre a abertura do rio Parnaíba à navegação plena, sobre irrigação e tantos outros empreendimentos necessários ao desenvolvimento econômico daquela área, visando à melhoria de condições de vida de seu povo.

Sr. Presidente, traduzimos também nestes pronunciamentos um apelo aos Ministros Mário Andreazza e Delfim Netto. A este último, no sentido da construção de um reservatório d'água no Município de Pedro II, para atender ao Projeto Sertanejo, que está sendo instalado no Município de Piripiri, num raio de 30 km, alcançando aquele Município a que acabo de me reportar.

No sentido de que não desapropriassem terras de agricultores, terras essas bem trabalhadas e servindo às comunidades às proximidades do Rio dos Matos, dirigimos apelo ao Diretor-Geral do